



Assinatura
Assinatura
Assinatura

**Assembleia de Freguesia
da
União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina, São Bartolomeu**

Ata n.º 01/2019

Ao **décimo primeiro dia do mês de Abril do ano de dois mil e dezanove**, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, reuniu a Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Coimbra – Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu, em **sessão ordinária**, na Sede da União das Freguesias de Coimbra, sita no Bairro Sousa Pinto, número trinta e sete, em conformidade com o número 1 do artigo 11º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro e com a alínea b) do número 1 do artigo 14º desse mesmo diploma, tendo a seguinte ordem de trabalhos:

1. Período de Antes da Ordem do Dia

- 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão anterior.
- 1.2 Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos à Assembleia.
- 1.3 Assuntos gerais diversos de interesse autárquico e responsabilidade da Mesa.

2. Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais, respectiva avaliação e apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2018.

3. Apreciação e votação do regulamento do Orçamento Participativo de 2019.

4. Apreciação de informação do Presidente da Junta da União das Freguesias de Coimbra acerca da actividade desta, bem como da situação financeira actual.

5. Outros assuntos de interesse para a União de Freguesias.

6. Período de intervenção do público.

Estiveram presentes os Srs./as deputados/as à Assembleia de Freguesias (com as respectivas assinaturas nas folhas de presença):

- Jovino Augusto Armada Lourenço da Chão, Maria do Carmo de Sousa Ferreira, Hugo Valente Abreu e, em substituição de Manuel Barata de Tovar Portela Vieira, João Pedro Fonseca Antunes (PPD/PSD);

- Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões, 1.ª Secretária da Mesa de Assembleia (CDS-PP);

- Apolino Manuel dos Santos Pereira, Nuno Miguel Marques de Sousa, Ricardo José dos Reis Barata e, em substituição de Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas, António Virgílio de Albuquerque Baptista Mendes (PS);

- Afonso Miguel de Freitas Tavares Madeira, Presidente de Mesa da Assembleia, e Mariana Alexandra Miranda Ribeiro, 2.ª Secretária da Mesa da Assembleia (Grupo de Cidadãos Eleitores “Somos Coimbra”);

- Maria Helena Dias Loureiro (Grupo de Cidadãos Eleitores “Cidadãos por Coimbra”);

- Gonçalo José Mourão de Almeida (CDU – Coligação Democrática Unitária).

52 Estiveram igualmente presentes os Membros do Executivo João Francisco Monteiro de Lencastre Campos
53 (Presidente da Junta), Carlos Rogério Antunes Pinto (Secretário), Américo Alves Petim (Tesoureiro), Manuel
54 Fernando dos Santos Lobão (1.º Vogal) e Hélder Rodrigues Abreu (2.º Vogal).

55
56
57

58 O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão referindo haver substituições em dois partidos: no Partido
59 Socialista (PS), a deputada Carla Alexandra Ribeiro da Silva Azevedo de Freitas foi substituída por António
60 Virgílio de Albuquerque Baptista Mendes (Anexo 1), enquanto no Partido Social Democrata (PSD), Manuel
61 Barata de Tovar Portela Vieira foi substituído por João Pedro Fonseca Antunes, encontrando-se indisponíveis
62 Inês Pinto dos Santos Parada da Costa e Rafael Luís Cordeiro Madeira (Anexos 2, 3, 4 e 5).

63
64
65
66
67

No mesmo momento, deu nota de e-mails que enviou aos deputados Carla Ribeiro Freitas e Manuel Tovar
Vieira aceitando as substituições mas requerendo que, em situações futuras, sejam mais concretos sobre as
razões das ausências.

68
69
70
71

Seguidamente, localizando a sessão no **Período de Antes da Ordem do Dia**, Afonso Madeira deu lugar ao
Ponto 1.1 (Apreciação e votação da ata da sessão anterior) concedendo a palavra ao deputado Nuno Sousa,
que sugeriu que os textos das atas fossem distribuídos pelos deputados para reunir propostas de alterações
com uma maior prontidão.

72
73
74

Este deputado também propôs algumas alterações à proposta de ata, nomeadamente acrescentos e cortes de
partes redundantes.

75
76
77

Ao que o Presidente da Junta propôs igualmente um acrescento que entende completar o sentido de uma parte
do texto.

78
79
80
81

O deputado Nuno Sousa concluiu a sua intervenção sobre a ata da sessão anterior com o pedido de que os
membros da Assembleia sejam informados do lançamento on-line do texto definitivamente estabelecido, ao
que o Presidente da Mesa da Assembleia acedeu de imediato.

82
83
84
85

Posto isso, deu a palavra ao deputado António Virgílio Mendes, que fez um reparo sobre declarações que lhe
são imputadas na proposta de ata em discussão, designadamente a respeito dos benefícios das obras da sede
da UFC.

86
87
88
89
90
91

Por sua vez, a deputada Maria Helena Loureiro, começando por confirmar que se deverá abster, uma vez que
não esteve presente na sessão a que respeita a ata, pediu um esclarecimento sobre algo que se passou nessa
sessão e que, sem os documentos a anexar à ata, não conseguiu compreender. Concretamente, pretendeu saber
se a imputação de um "roubo" ao Presidente da Câmara Municipal de Coimbra ficou inscrita no documento
oficial com o Plano de Actividades e Orçamento para 2019 apresentado pela Junta.

92
93
94
95

O Presidente da Mesa informou a deputada que o documento manteve essa expressão e a deputada solicitou
que ficasse na ata da sessão a decorrer um registo do veemente protesto do CpC pelo uso de uma linguagem
que considera indigna de um Plano de Actividades e Orçamento.

96
97
98
99

O deputado Apolino Pereira defendeu estar errado o texto de proposta de ata que chegou aos deputados na
parte em que lhe imputa ter dito que a festa de Nossa Senhora da Piedade já não se realiza, quando o que terá
dito é que não se tem realizado nos últimos anos a festa da Rainha Santa Isabel à Conchada.

100
101
102
103

O Presidente da Assembleia registou a objecção e informou que a aprovação do texto da ata ficava sujeita a
uma mudança no caso de se confirmar através de nova escuta das gravações estar certo o deputado Apolino
Pereira.

104
105
106

Tratou-se de uma abordagem excepcional, considerando que a Assembleia e a Mesa aceitaram logo todas as
outras alterações propostas.

107
108 Falou seguidamente o deputado Jovino da Chão, criticando que, segundo a sua perspectiva, certos deputados
109 pretendam inserir nas atas aquilo que gostariam de ter dito e não o que de facto disseram. Acrescentou que,
110 dado que os textos com as propostas de atas estão a ser facultados previamente aos deputados através de
111 correio electrónico e ainda com alguma antecedência, não se compreende que venham para as reuniões tratar
112 as atas como se estivessem a ter conhecimento delas só ali.

113
114 O deputado Ricardo Barata interveio para recordar uma ironia do Presidente da Junta na sessão anterior,
115 objecto da ata em análise. Efectivamente, nessa altura o Presidente afirmou que o rigor no processo de
116 selecção dos funcionários da Junta seria idêntico ao que existe no processo de selecção dos funcionários da
117 Câmara Municipal de Coimbra sem expressar com isso louvor pelos procedimentos camarários e sim uma
118 crítica implícita a eles, tal como deixou bem claro na sequência desta intervenção do deputado Ricardo Barata.

119
120 Passou-se à votação da proposta de ata com as alterações sugeridas, tendo o resultado sido a **aprovação com**
121 **10 votos a favor** (Jovino da Chão, Maria do Carmo Ferreira, Hugo Valente Abreu, Ana Isabel Simões,
122 Apolino Pereira, Nuno Sousa, Ricardo Barata, António Virgílio Mendes, Afonso Madeira e Mariana Ribeiro),
123 **0 votos contra e 0 abstenções**. João Antunes, do PSD, Maria Helena Loureiro, do CpC, e Gonçalo Almeida,
124 da CDU, não votaram por não terem estado presentes na sessão a que concerne a ata.

125
126 Os deputados Gonçalo Almeida e Hugo Valente Abreu manifestaram ter para apresentar assuntos
127 enquadráveis no **Ponto 1.3 (Assuntos gerais diversos de interesse autárquico e responsabilidade da**
128 **Mesa)**.

129
130 O Presidente da Assembleia, vazio o **Ponto 1.2 (Leitura do expediente e informações/ esclarecimentos à**
131 **Assembleia)** excepto pelas substituições de deputados, passou então ao Ponto 1.3, dando o uso da palavra ao
132 deputado Hugo Valente Abreu.

133
134 Este deputado, em nome dos eleitos do PPD/PSD, propôs oralmente um voto de pesar pelo recente
135 falecimento de José Manuel Nunes Filipe, Presidente da União de Freguesias de Antanhol e Assafarge, o qual
136 foi **aprovado por unanimidade**.

137
138 Falou então o deputado Gonçalo Almeida, que começou por inquirir em que ponto se encontravam as
139 regularizações das dívidas à UFC dos comerciantes do Mercado do Calhabé e o cumprimento do acordo entre
140 a "Formíga Rabina" e a UFC. Quis também saber que espaços pagam renda à UFC e a que entidades a Junta
141 está ela própria a pagar rendas. Quis ainda saber em que ponto está a disputa relativa ao edifício do Café
142 Santa Cruz. Finalmente, perguntou quais as obras que foram realizadas em decorrência de acordos com a
143 Câmara Municipal de Coimbra.

144
145 O Presidente da Junta, referindo-se ao Mercado do Calhabé, transmitiu ter dado indicação à Câmara de todos
146 os procedimentos a requerer execução, pertencendo agora essa execução a esta última, designadamente
147 através do departamento da Dr.^a Rosa Batanete. Quanto às obras de 2018, nenhuma delas foi executada nem
148 na UFC nem em nenhuma outra freguesia ou união de freguesias. De um modo geral, as obras foram avocadas
149 pela CMC e aguardam o seu início.

150
151 A UFC paga a renda de uma garagem à Cozinha Económica e recebe rendas do Mercado do Calhabé e do
152 Café Santa Cruz.

153
154 Relativamente aos direitos sobre o edifício do Café Santa Cruz, o Presidente da Junta fez um ponto da
155 situação, dizendo que a proposta aprovada em Assembleia de Freguesia de se constituir ali uma propriedade
156 horizontal está a ser analisada pelos serviços competentes para esses efeitos, o que tem suscitado consecutivos
157 adiamentos do processo judicial em que são partes a UFC e a Comissão Fabriqueira da Igreja de Santa Cruz.
158 A ausência de plantas do edifício tem dificultado a chegada a conclusões.

159
160 Por sua vez, a deputada Maria Helena Loureiro começou por dizer que tinha uma dúvida idêntica à da CDU
161 sobre a situação do edifício do Café Santa Cruz.

*Ass.
Bicudo
#*

162
163 Seguidamente, questionou o Presidente da Junta sobre a actual situação do Secretário daquela, visto ter tido
164 conhecimento através do jornal "Campeão das Províncias" da suspensão de funções.

165
166 O Presidente respondeu que o Secretário continua em funções como Secretário, embora os pelouros que lhe
167 estavam entregues (ensino e associativismo) ficassem agora sob a alçada de João Francisco Campos,
168 provisoriamente e a pedido do membro do Executivo que os detinha.

169
170 Perante esta resposta, a deputada Maria Helena Loureiro disse dever-se então depreender que a suspensão em
171 causa nada teve a ver com uma eventual agressão a uma funcionária por parte de um amigo do Secretário da
172 Junta, no contexto da ocupação indevida de um estacionamento da UFC por parte deste, em conformidade
173 com o que corre "à boca pequena" pela cidade. Ainda de acordo com a deputada, estaria em questão o
174 Secretário ter facultado estacionamento num espaço reservado à UFC ao seu amigo.

175
176 O Presidente da Junta negou peremptoriamente, dizendo ser a primeira vez que ouvia tais coisas e que estas
177 são totalmente falsas. Não negou ter existido agressão a uma funcionária mas negou tudo o resto, esclarecendo
178 nunca ter ouvido tais alegações.

179
180 O deputado Ricardo Barata, após lhe ser concedida a palavra, elogiou o Projecto JUNTAr, que defende e
181 onde reconhece iniciativa governamental. Contudo, mostrou estranheza por ter encontrado uma caixa de
182 recolha de electrodomésticos no Centro Comercial Girassolum sendo este no território da Freguesia de Santo
183 António dos Olivais. Questiona se essa freguesia tem conhecimento e se existe algum programa protocolar.
184 A haver um protocolo, deveria ter passado pela Assembleia de Freguesia.

185
186 No tocante ao edifício do Café Santa Cruz, Ricardo Barata, jurista, chamou a atenção para uma inscrição
187 matricial como edifício do domínio público, sendo portanto este inalienável, seja no todo ou em parte. Para o
188 deputado, o Presidente da UFC insiste em fazer uma coisa que não pode ser feita.

189
190 O Presidente contrapôs que o edifício mencionado está a ser alvo de um processo em tribunal que discute
191 justamente de quem é a propriedade.

192
193 O deputado Nuno Sousa quis saber se já alguma entidade pública tinha apresentado a possibilidade da
194 constituição do edifício em propriedade horizontal, designadamente aquela que tutela os monumentos
195 nacionais. Mostrou-se preocupado com a eventual existência de uma ilegalidade.

196
197 O Presidente da UFC respondeu reiterando que tudo está em avaliação no tribunal, embora já tenha recebido
198 informação do Eng. Sidónio Simões (Divisão de Reabilitação Urbana da CMC) de que a constituição em
199 propriedade horizontal é possível.

200
201 Voltando à interpelação do deputado Ricardo Barata, João Francisco Campos referiu-se ao caixote para a
202 recolha de electrodomésticos no âmbito do Projecto JUNTAr existente no Centro Comercial Girassolum
203 lembrando que a UFC tem várias parcerias com entidades publicas e privadas fora do seu âmbito territorial.
204 Uma delas é a verificada com a administração do condomínio do referido centro comercial.

205
206 Novamente com a palavra o deputado Nuno Sousa, quis saber se existe algo de verdade em rumores que diz
207 correrem sobre um desentendimento entre dois membros do Executivo: Carlos Pinto e Manuel Lobão.

208
209 O Presidente da UFC respondeu apenas que o Executivo se mantém unido no trabalho que tem para fazer.

210
211 O deputado representante da CDU Gonçalo Almeida mostrou a sua insatisfação por, apesar de a sua força
212 política ter recebido um ofício da UFC sobre a prática do direito de oposição, esta não ter nunca recebido a
213 solicitação para apresentar propostas para o Plano de Actividades. Foi o próprio deputado que a recebeu.

214
215 Em seguida, Gonçalo Almeida quis saber por quanto tempo se manteria a suspensão de funções do Secretário
216 da Junta, até por se tratar de um cargo remunerado e ser importante identificar qual o período sem

217 remuneração.
218
219 O Presidente da Junta esclareceu que não houve suspensão de mandato mas apenas de pelouros. Embora os
220 pelouros em causa tenham ficado sob a alçada do próprio Presidente provisoriamente, o Secretário continua
221 a exercer as competências próprias de qualquer Secretário de Junta.
222
223 Perante uma pergunta de António Virgílio Mendes sobre se todos os equipamentos recolhidos no âmbito do
224 projecto JUNTAr são reparados e por quem, o Presidente da Junta respondeu que existe um acordo com o
225 Instituto Superior de Engenharia de Coimbra (ISEC) para que essas reparações sejam feitas. Referiu ainda
226 que há uma empresa que recolhe os equipamentos que não têm arranjo, não ficando a Junta com os mesmos.
227
228 O deputado questionou então se qualquer munícipe ou freguês pode adquirir os equipamentos arrançados e
229 como.
230
231 O Presidente da UFC respondeu que a Comissão Social de Freguesia trabalha nesse sentido.
232
233 O deputado Ricardo Barata disse que, de acordo com o estatuto da oposição, a Junta de Freguesia é obrigada
234 a elaborar um relatório sobre as actividades anualmente verificadas, enviá-lo à oposição e publicá-lo na
235 Internet, pelo que deu fundamento a uma intervenção anterior de Gonçalo Almeida e questionou se tudo isso
236 já foi mesmo feito.
237
238 O Presidente da UFC respondeu que pensa que o relatório sobre o exercício do direito de oposição terá sido
239 enviado aos partidos políticos.
240
241 Ao que Nuno Sousa sugeriu que esses relatórios sejam enviados para os deputados.
242
243 O Presidente da Mesa da Assembleia questionou os presentes sobre quem tinha recebido o dito relatório.
244
245 Em resposta à pergunta colocada, o deputado Gonçalo Almeida respondeu ter recebido a solicitação para
246 entregar propostas para o Plano de Actividades de 2019 e ter a CDU recebido o relatório sobre o cumprimento
247 do direito de oposição. Certo é que, segundo ele, dado que a CDU é uma coligação do Partido Comunista
248 Português e do Partido Ecologista “Os Verdes”, as duas partes presentes na coligação deveriam ter recebido
249 o relatório.
250
251 O Presidente da Assembleia deu início ao **Ponto 2 (Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e**
252 **Obrigações Patrimoniais, respectiva avaliação e apreciação e votação dos documentos de prestação de**
253 **contas do ano de 2018) – Anexos 6 e 7.**
254
255 Ficou com a palavra o deputado Gonçalo Almeida.
256
257 O deputado começou a sua intervenção dizendo que gostaria de saber onde pode consultar o Relatório de
258 Actividades relativo a 2018, uma vez que aquilo que lhe foi entregue apenas contém a Prestação de Contas e
259 o Inventário do ano em causa.
260
261 O Presidente do Executivo respondeu ao deputado que o relatório que tinha em sua posse espelha o que foi a
262 actividade da UFC.
263
264 O deputado Gonçalo Almeida, por seu lado, manifestou que os documentos distribuídos não lhe permitiam
265 avaliar o grau de cumprimento do Plano de Actividades que foi aprovado para 2018 e invocou o que entende
266 como melhores práticas em mandatos anteriores às eleições de 2017.
267
268 O Presidente da Assembleia esclareceu que o que a legislação prevê que tenha que se fazer neste momento é
269 uma apreciação e uma avaliação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais da UFC, e uma
270 apreciação, avaliação e votação da Prestação de Contas de 2018. A apresentação de um relatório de
271 actividades anual não é obrigatória por lei, mesmo o próprio Presidente da Assembleia reconhecendo que será

272 sempre preferível haver essa apresentação.
273
274 De volta à palavra o deputado da CDU Gonçalo Almeida, criticou que se designe um documento “Relatório
275 de Actividades e Contas” e o dito documento só contenha o segundo aspecto. Ato contínuo, solicitou que lhe
276 fosse entregue uma identificação dos eventos e outras actividades realizadas em 2018 no âmbito da UFC.
277
278 O Presidente da Assembleia recordou que se dá a apresentação de relatórios das actividades da Junta em todas
279 as sessões ordinárias e, se se agregarem os relatórios analisados nas quatro sessões ordinárias de cada ano,
280 resultará qualquer coisa de muito próximo do pretendido relatório anual.
281
282 A deputada Maria Helena Loureiro pediu a palavra para anunciar que o CpC subscreve as objecções do
283 deputado da CDU.
284
285 Acabou por ficar assente que o Presidente da Junta trará posteriormente a uma sessão da Assembleia um
286 relatório das actividades de 2018, conforme intenção expressa pelo mesmo.
287
288 No concernente às Contas de 2018, Gonçalo Almeida questionou quanto é que foi gasto em lenha para
289 aquecimento das escolas, reflectindo a sua desaprovação por se manter este tipo de aquecimento.
290
291 Devidamente autorizado a intervir, o Secretário da Junta identificou esta situação com a Conchada e deixou
292 claro que o jardim-escola não tem mais este tipo de aquecimento, restando apenas com aquecimento a lenha
293 a escola da zona.
294
295 Do lado da receita, o deputado Gonçalo Almeida venceu posição relativamente aos 2,2 % das receitas da UFC
296 que são consideradas receitas próprias, classificando como muito diminuta uma tal percentagem.
297
298 Criticou de igual modo a percentagem relativamente elevada da despesa que foi para a aquisição de bens e
299 serviços. Segundo ele, isto é ainda mais incompreensível por não haver obras feitas.
300
301 Seguidamente, o deputado perguntou quem fica com o dinheiro das rendas que são pagas no Mercado do
302 Calhabé: a UFC ou a Câmara Municipal.
303
304 O Presidente da Junta respondeu ser a UFC.
305
306 Retomando a palavra, o deputado da CDU inquiriu o que é abrangido pela rubrica “despesas de
307 representação”.
308
309 O Presidente da Junta respondeu que o que está aí em causa é um complemento da sua retribuição mensal
310 que vem directamente do Estado.
311
312 O deputado Gonçalo Almeida pensava que o montante dado era divisível por mais pessoas.
313
314 Pediu esclarecimentos ainda sobre controlo orçamental e questionou quem pagou a repavimentação na
315 Avenida Marnoco e Sousa.
316
317 O deputado não obteve resposta imediata sobre estes assuntos.
318
319 De seguida, Américo Petim, Tesoureiro da UFC, explicou a rubrica do controlo orçamental e a referente às
320 repavimentações, deixando claro que esta última abrange um conjunto de obras em viadutos, arruamentos e
321 localizações complementares. Referiu ainda que, no mapa do plano plurianual de investimentos, estão
322 discriminadas e explicadas todas as obras.
323
324 Dada novamente a palavra ao Presidente da Junta, este revelou-se descontente com o tempo que estava a levar
325 o tratamento deste ponto.
326

327 Por sua vez, o Presidente da Assembleia questionou o deputado da bancada do PS Apolino Pereira sobre se
328 este tinha perguntado ao técnico de contas sobre a rubrica “estadas e deslocações”.

329
330 O deputado Apolino respondeu que tinham feito um conjunto de perguntas muito abrangente, tais perguntas
331 foram respondidas e o PS ficou satisfeito com as respostas. Lamenta somente o não envio dos mapas
332 solicitados ao Técnico de Contas até à data, indo solicitá-los novamente e, desta vez, por escrito.

333
334 Para finalizar a sua intervenção, o deputado Gonçalo Almeida questionou o que podemos considerar sob uma
335 rubrica denominada “outros trabalhos especializados”.

336
337 O Presidente do Executivo salientou que se lhe fizerem chegar mais dúvidas em data posterior à sessão, o
338 Executivo responderá prontamente.

339
340 O deputado Gonçalo Almeida sugeriu que se descriminassem rubricas cujo valor seja acima dos 2.000 euros.

341
342 De seguida foi dada a palavra ao deputado Apolino Pereira, que agradeceu o facto de lhe terem facultado
343 quase toda a documentação e as explicações do Técnico de Contas.

344
345 O deputado António Virgílio Mendes disse que a bancada socialista está satisfeita com as respostas recebidas,
346 embora algumas rubricas inscritas na documentação devessem ser mais esclarecedoras e haja inscrições fora
347 dos locais adequados. Não deixou de enaltecer o trabalho realizado.

348
349 Ulteriormente, a representante do CDS e 1ª Secretária da Mesa quis saber a que corresponde exactamente a
350 rubrica 0701, que possui a designação “Investimento” e é a rubrica com um valor mais elevado. Mais
351 questionou quais os critérios e métodos que foram utilizados na dotação com subsídios de doze entidades
352 enumeradas na última página do documento em discussão.

353
354 O Presidente da UFC respondeu que os subsídios costumam resultar de pedidos de apoio, sendo que nem
355 todos os apoios se consubstanciam em entregas de dinheiro. Há vários que correspondem a outros tipos de
356 ajuda, como a prestação de serviços.

357
358 O Presidente da Assembleia, atenta a matéria em debate, recordou que defende desde o próprio dia da tomada
359 de posse que a União das Freguesias de Coimbra tenha um regulamento para a atribuição de subsídios.

360 Por sua vez, a deputada Maria Helena Loureiro afirmou estar-se no local e momento próprios para o
361 esclarecimento de dúvidas sobre as contas da UFC. Quis também ela saber porque é que as entidades recebem
362 valores significativamente discrepantes, reconhecendo o esforço do Presidente da Assembleia para que a UFC
363 passe a ter um regulamento clarificador e apoiando todas as diligências deste nesta matéria.

364
365 A deputada estranhou o valor elevado da verba atribuída ao Clube Desportivo Pedrulhense e demonstrou
366 interesse em saber a que se dedica e o que é o Centro Comunitário de Desenvolvimento Solidariedade. Uma
367 consulta feita à Internet sobre este centro comunitário não lhe permitiu ficar esclarecida.

368
369 Com a entrada na sala do contabilista Nelson Trindade, o deputado Gonçalo Almeida declarou estar-se
370 finalmente em condições de ver esclarecidas várias dúvidas deixadas em suspenso.

371
372 Foi então dada a palavra ao Presidente da UFC para responder à interpelação da deputada Maria Helena
373 Loureiro.

374
375 Fez a defesa das qualidades do Clube Desportivo Pedrulhense, que qualificou como a mais importante
376 agremiação desportiva com instalações exclusivamente na área geográfica da UFC e informou que os 5.000
377 euros recebidos por este clube se destinaram a possibilitar a inscrição da equipa sénior masculina de futebol
378 no campeonato distrital. Este apoio foi pontual e não deverá vir a repetir-se.

379
380 Continuando, o Presidente do Executivo revelou que é muito raro a UFC não conceder apoio às colectividades
381 que o solicitam, não se lembrando mesmo de um caso de recusa de apoio no seu mandato.

382
383 Quanto à elaboração de um regulamento para os subsídios, deixou clara a sua discordância, uma vez que
384 considera que a legislação geral já tem normas suficientes a respeito destas matérias.

385
386 A deputada Maria Helena Loureiro perguntou se existe uma ata do Executivo consultável com a reunião onde
387 ficou decidido o apoio ao Pedrulhense e o Presidente da UFC disse que sim.

388
389 Passada a palavra ao deputado Nuno Sousa, logo este disse que o que iria fazer era uma apreciação global.
390 Nesses termos, considerou achar esta prestação de contas muito idêntica à do ano anterior, não obstante o
391 orçamento total ter aumentado, as taxas de execução também e haver uma cada vez maior porção do
392 orçamento gasta com serviços.

393
394 Num outro registo, o deputado Nuno Sousa aproveitou para sugerir à Junta a realização de obras com
395 dinheiros próprios e não apenas através do mecanismo de delegação de competências camarárias.

396
397 O Presidente da UFC respondeu que houve obras feitas com os meios desta união de freguesias, como aliás
398 vem expresso na prestação de contas. O problema reside em o orçamento disponível neste âmbito ser muito
399 limitado.

400
401 O deputado Ricardo Barata subscreveu a sugestão do Presidente da Mesa de que seja elaborado um
402 regulamento para atribuição de subsídios. Acrescentou que ele próprio já sugeriu isso anteriormente ao
403 Presidente da Junta e que ele na altura concordou, embora o regulamento continue por fazer. Sustentou ainda
404 esta pretensão em posições oficiais da própria Direcção Geral das Autarquias Locais.

405
406 Quanto às entidades desportivas que são subsidiadas por organismos públicos, recordou que a legislação
407 obriga à existência de contratos programa pelos quais essas entidades desportivas se comprometem com uma
408 série de requisitos. A existência de um regulamento de atribuição de subsídios na UFC deverá ser o
409 instrumento ideal para uma maior concretização desta exigência legal.

410
411 Dito isto, entrou-se num período de perguntas sobre a prestação de contas anual que o Presidente da Mesa da
412 Assembleia dirigiu ao Presidente da Junta.

413
414 A primeira pergunta foi uma insistência na questão já levantada pela deputada Maria Helena Loureiro sobre
415 a identidade do Centro Comunitário de Desenvolvimento Solidariedade.

416
417 Uma vez que o Presidente da Junta teve que se ausentar por alguns momentos, coube ao Secretário do
418 Executivo responder.

419
420 Perante alguma dificuldade do Secretário em responder, o deputado Gonçalo Almeida aproveitou para pedir
421 ao Presidente da Mesa que o deixasse dirigir algumas questões ao contabilista da UFC enquanto o Presidente
422 da Junta não voltava. Acabaria por responder o Tesoureiro do Executivo, embora assistido pelo contabilista.

423
424 Em primeiro lugar, coube-lhe explicar o que estava abrangido pela rubrica 010111 (Representação),
425 informando que se trata de uma verba fixa que DGAL adiciona aos ordenados do Presidente de Junta.

426
427 Em segundo lugar, esteve em causa a rubrica 020211 (Representação dos serviços) e o Tesoureiro esclareceu
428 estar aí apenas representada a despesa com uma deslocação ao Congresso Nacional da ANAFRE.

429
430 Em terceiro lugar, focou-se a rubrica 020213 (Deslocações e estadas), tendo o Tesoureiro identificado aqui o
431 pagamento de portagens, passes sociais e deslocação das crianças da Escola Básica de São Bartolomeu.

432
433 Relativamente à verba 020220 (Outros trabalhos especializados), ficou dito que se refere a uma listagem de
434 pessoas que passaram recibos e que está anexa à documentação principal distribuída.

435
436 O deputado Gonçalo Almeida quis ainda saber melhor a que respeita a rubrica da despesa 02022510

437 (Organização de feiras, eventos temáticos e religiosos).
438
439 Este ponto engloba a despesa do Mercado de Natal e um sardinhada realizada no Parque Dr. Manuel Braga.
440
441 Os “outros serviços” relativos ao ponto 02022599 dizem respeito à cota da ANAFRE e rendas do
442 estacionamento.
443
444 Finalmente, o Tesoureiro elucidou Gonçalo Almeida sobre a rubrica 07010602 (Outro), que se refere à
445 compra de uma carrinha de caixa aberta.
446
447 Retomou-se então a questão sobre a identidade do Centro Comunitário de Desenvolvimento Solidariedade,
448 tendo o Presidente da Junta, com a ajuda de alguns dos presentes, acabado por identificar aí uma entidade
449 pertencente aos trabalhadores da Segurança Social, sediada na Rua Figueira da Foz.
450
451 Dentro do mesmo tipo de pergunta, o deputado Apolino Pereira quis saber o que é a beneficiária de subsídio
452 Tarrafo Associação Cultural.
453
454 O Presidente da Junta afirmou tratar-se de um grupo teatral contratado para actuar em escolas.
455
456 Sendo assim, o deputado Apolino Pereira declarou que este pagamento à Tarrafo talvez devesse estar
457 classificado como outra coisa que não subsídio.
458
459 Foi então a vez do o Presidente da Assembleia perguntar ao Executivo o que está abrangido pela rubrica
460 económica 020107 (Vestuário e artigos pessoais).
461
462 Tratando-se de fardas, botas, capacetes e similares, o Presidente da Assembleia disse que lhe parecia haver aí
463 uma verba excessiva.
464
465 O Presidente da UFC anunciou que este tipo de despesa irá provavelmente baixar no ano já em curso.
466
467 O Presidente da Assembleia considerou igualmente muito elevada a verba inscrita sob a rubrica 020217
468 (Publicidade), no valor de 11.153 euros e 37 cêntimos.
469
470 Por fim, o Presidente da Assembleia quis saber tudo o que foi incluído no ponto 020214 (Estudos, pareceres,
471 projectos e consultadoria).
472
473 O Contabilista Nelson Trindade, devidamente autorizado a responder, disse que 50% deverão ser pagamentos
474 a ele próprio e os outros 50% pagamentos ao advogado Ricardo Dias.
475
476 Já sobre o Inventário de Bens e Serviços, o deputado Gonçalo Almeida perguntou onde está colocado o
477 “trombinhas” adquirido na perspectiva de haver uma delegação de competências que não se veio a verificar.
478 O Presidente da UFC esclareceu que foram comprados 3 “trombinhas” por 1.500 euros mas ainda não
479 aparecem neste Inventário uma vez que só chegaram à União das Freguesias no início de 2019.
480
481 De novo com a palavra, o deputado Gonçalo Almeida sugeriu que objectos idênticos sejam apresentados
482 agrupadamente, achando que faz mais sentido uma inscrição que diga “25 tendas” do que 25 inscrições a
483 dizer “1 tenda”.
484
485 O deputado Apolino Pereira inquiriu se estariam ainda em inventário uma série de itens que figuravam em
486 inventários de anos anteriores e que já não existiam.
487
488 Uma vez autorizado a falar em nome do Executivo pelo Presidente da Junta, o Vogal Manuel Lobão asseverou
489 que o que consta em inventário é o que efectivamente existe na UFC.
490
491 Antes de se passar a uma fase de votação, o Presidente da Mesa quis deixar bem claro que o que iria ser

492 votado era se a documentação correspondia à verdade dos factos e não se havia concordância com a utilização
493 de quantias e outros meios.

494
495 O Relatório de Prestação de Contas do ano de 2018 foi então **aprovado com 11 votos a favor** (PSD, CDS,
496 PS e Somos Coimbra) e **2 abstenções** (Cidadãos por Coimbra e CDU).
497

498 O deputado da CDU fez uma declaração de voto oral em que esclareceu não ter votado favoravelmente por o
499 Relatório de Prestação de Contas do ano de 2018 não ter sido acompanhado de uma análise do cumprimento
500 do Plano de Actividades.

501
502 Interveio o Presidente da Junta para salientar a utilidade de ainda se votar o regulamento do Orçamento
503 Participativo da UFC nesta reunião, evitando a necessidade de corrigir as datas de execução previstas.
504

505 Todavia, perante o adiantando da hora e as restrições temporais impostas regimentalmente, o Presidente da
506 Mesa só consentiu que a reunião prosseguisse por alguns minutos e para auscultar o público.
507

508 Falou Fernando Dias, que começou por congratular o grupo da Pedrulha que ganhou o Orçamento
509 Participativo de 2018.

510
511 De seguida, chamou a atenção dos eleitos para a necessidade de valetas na Rua Vale do Forno.

512
513 Finalmente, sugeriu que a Rua 1.º de Maio passe a ter dois sentidos pelo menos em parte da sua extensão.
514

515 O Presidente da Mesa, ao ter proposto o dia 23 para continuar a sessão e não ter havido nenhum desacordo,
516 informou os presentes que seguiria convocatória pelos meios habituais para essa data e deu por encerrada a
517 reunião.

518
519
520
521 No dia 23 de Setembro, às 21h15m, na sede da União das Freguesias de Coimbra, o Presidente da Assembleia
522 retomou a sessão, começando por fazer duas advertências: uma relativamente à gestão dos tempos de uso da
523 palavra pelos intervenientes e outra à necessidade de silêncio de quem não está com a palavra durante as
524 intervenções dos colegas.

525
526 Em relação à reunião anterior, constataram-se duas alterações nas presenças de deputados: Manuel Tovar
527 Vieira (PSD) ocupou o seu lugar como deputado e Ricardo Barata (PS) esteve ausente, justificando, embora
528 sem se fazer substituir (**Anexo 8**). A deputada Carla Ribeiro Freitas (PS) foi novamente substituída por
529 António Virgílio Mendes (**Anexo 9**).

530
531 Ato contínuo, entrou-se no **Ponto 3 (Apreciação e votação do regulamento do Orçamento Participativo**
532 **de 2019)**.

533
534 O Presidente da Mesa da Assembleia deu imediata indicação de que embora se fosse votar o texto do
535 regulamento (**Anexo 10**) distribuído há algumas semanas pelos deputados, na parte em que ele contém datas
536 de execução, terão que ser tidas em conta datas diferentes das previstas inicialmente, uma vez que o
537 regulamento foi escrito para ir a aprovação a 11 de Abril.

538
539 Assim sendo, as datas a ter em consideração passaram a ser as seguintes:

540
541 Divulgação do Orçamento Participativo – 2 de Maio a 15 de Maio;

542
543 Inscrições e apresentação de propostas – 16 de Maio a 14 de Junho;

544
545 Análise técnica das propostas – 15 de Junho a 24 de Junho;

546

547 Assembleia participativa – 26 de Junho;
548
549 Votação – 27 de Junho a 22 de Julho;
550
551 Divulgação da proposta vencedora – 23 de Julho.
552
553 O deputado Gonçalo Almeida, no uso da palavra, quis saber quem formaria o Júri do Orçamento Participativo.
554
555 O Presidente da Junta respondeu que, tal como no ano anterior, será o Executivo o Júri.
556
557 Na decorrência de uma intervenção do representante socialista António Virgílio Mendes, apurou-se haver
558 uma imprecisão no texto a submeter a votos. O texto referia que a votação só seria possível na sede da UFC
559 quando a intenção era claramente também poder votar-se nas delegações.
560
561 Ante esta discrepância, o Presidente da Mesa declarou que aquilo que seria votado seria um texto já com
562 inclusão da referência ao voto nas delegações.
563
564 O deputado Manuel Tovar Vieira deu os parabéns ao Executivo quer pela iniciativa quer pela sua execução,
565 acabando ainda por também enaltecer o aumento da verba de um ano para o outro.
566
567 O Presidente da UFC aproveitou a ocasião para anunciar que a Junta pretende replicar o projecto vencedor
568 de 2018, apenas pensado para a área da Pedrulha, na Alta de Coimbra, já existindo mesmo concordância da
569 EDP. Este projecto associar-se-á à comemoração dos 900 anos da Almedina.
570
571 O Regulamento do Orçamento Participativo 2019 foi aprovado por unanimidade, embora com as emendas
572 apresentadas.
573
574 Entrou-se então no **Ponto 4 (Apreciação de informação do Presidente da Junta da União das Freguesias**
575 **de Coimbra acerca da actividade desta, bem como da situação financeira actual).**
576
577 O Presidente da UFC disponibilizou-se imediatamente para esclarecer eventuais dúvidas sobre o documento
578 apresentado (**Anexo 11**).
579
580 Nesse momento e enquanto se aguardavam outras intervenções, o Presidente da Mesa aproveitou para louvar
581 a dinâmica do Executivo.
582
583 Seguidamente, pediu o esclarecimento das suas dúvidas a respeito de quatro pontos do documento que tem
584 inscritas as actividades do Presidente e Secretário da Junta.
585
586 Em primeiro lugar, perguntou quem são a Dra. Cristina e a Dra. Ana referenciadas no ponto 49.
587
588 O Presidente da Junta, naquele momento, não conseguiu dar resposta mas ficou estabelecido que a daria em
589 ocasião posterior.
590
591 Em segundo lugar, o Presidente da Mesa da Assembleia inquiriu sobre o ponto 76, pretendendo saber mais
592 sobre a Associação 4 Estações, que tipo de apoio esta pediu e se chegou efectivamente a ser concedido algum
593 apoio.
594
595 O Presidente da Junta indicou tratar-se de uma associação que promove caminhadas e que o apoio concedido
596 foi logístico.
597
598 Em terceiro lugar, o Presidente da Assembleia quis saber se o protocolo previsto no ponto 94, entre a UFC e
599 as Clínicas Leite, será brevemente apresentado à Assembleia, uma vez que a legislação compele a que os
600 protocolos sejam ali votados e aprovados.
601

602 Ao que o Presidente da Junta respondeu que este protocolo é diferente, não carecendo do cumprimento desse
603 requisito por decorrer do Projecto JUNTA.

604
605 Por último, o Presidente da Mesa da Assembleia solicitou uma melhor explicação do ponto 112. O Presidente
606 da Junta respondeu que o senhor mencionado representa uma colectividade, embora por então não a
607 conseguisse identificar, e que o pedido de apoio tinha a ver com a cedência de um espaço para algumas
608 actividades ligadas ao teatro, tendo acabado por ser facultado um espaço na delegação da Almedina.

609
610 Por sua vez, o deputado Gonçalo Almeida quis saber se o Sporting Clube de Coimbra, entidade com que a
611 Junta se tem reunido, mantém ainda alguma actividade que possa justificar apoio.

612
613 O Presidente do executivo respondeu que o supra mencionado clube tem tido dificuldades mas continua vivo,
614 mesmo sem actividades no presente. Naquilo que depender da Junta, o clube irá ser dinamizado.

615
616 Para completar a intervenção, o deputado Gonçalo Almeida questionou se a cedência de material feita à Junta
617 de Freguesia de Ceira, notada no ponto 107, foi feita a título gratuito.

618
619 O Presidente do Executivo disse que sim e que inclusive será feito o mesmo em benefício da Junta de
620 Freguesia de Torres do Mondego.

621
622 A deputada Maria Helena Loureiro sugeriu uma maior organização por parte de quem é responsável por
623 elaborar documentos como o que está sob apreciação da Assembleia, eventualmente com recurso a uma
624 agenda. Complementou dizendo que é necessário que se identifiquem melhor pessoas, entidades e objectivos,
625 havendo claro risco de o entendimento dos documentos ser prejudicado.

626
627 Dito isto, perguntou o que é o projecto "Acordar Coimbra", assinalado no ponto 70; se é possível dar algum
628 desenvolvimento ao ponto 74; qual o fim da reunião com a Comissão Organizadora da Queima das Fitas a
629 que alude o ponto 85; de que tratou a reunião extraordinária do Executivo que se encontra no ponto 110;
630 quem é o autor do livro "Diário de Um Morto"; e como está a situação da Escola da Pedrulha após as várias
631 diligências da Junta.

632
633 O Presidente da UFC revelou utilizar-se já uma agenda, designadamente a do Outlook. Porém, reconheceu
634 haver coisas a melhorar neste tipo de trabalho.

635
636 Quanto ao projecto "Acordar Coimbra", esclareceu ser uma iniciativa de estudantes da Faculdade de
637 Economia da Universidade de Coimbra em torno da ideia de dinamização empresarial.

638
639 O ponto 74 surgiu do alerta de um freguês a quem pareceu estar em risco de ruir uma das torres das antigas
640 fábricas da Triunfo. O risco não foi confirmado por uma vistoria de técnicos da Câmara Municipal solicitada
641 pela UFC.

642
643 A reunião com a Comissão Organizadora da Queima das Fitas foi uma mera reunião de cortesia, idêntica às
644 de anos anteriores.

645
646 Já a reunião extraordinária do Executivo a que se alude visou a aprovação do relatório das contas do ano
647 anterior, dado que este tem que ser aprovado em sede de Executivo antes de ir a votação na Assembleia de
648 Freguesia.

649
650 O autor do livro "Diário de Um Morto" é Pedro Guimarães, que não é freguês da UFC mas tem uma empresa
651 aqui sedeada.

652
653 Concluindo, o Presidente da Junta esclareceu que continuam a ser desenvolvidas múltiplas iniciativas de
654 divulgação da abertura de inscrições na Escola da Pedrulha, tudo dependendo da adesão que se venha a
655 verificar.

656

657 O deputado Hugo Valente louvou então o projecto de alfabetização de adultos em desenvolvimento na
658 Conchada por iniciativa da Junta e a que se refere o ponto 29 do documento a ser sopesado.
659

660 O Presidente da Junta agradeceu mas não deixou de revelar alguma insatisfação com o facto de os alunos
661 estarem a faltar muito.
662

663 Por sua vez, o representante socialista António Virgílio Mendes quis saber o significado do ponto 95, onde
664 se lê simplesmente: “Entregar almoço com o Dr. Carlos Encarnação – Cantinho dos Reis”.
665

666 O Presidente da Junta clarificou que o uso da palavra “entregar” era aqui um erro, tratando-se de um almoço
667 com o Dr. Carlos Encarnação para preparar as comemorações dos 900 anos da Almedina.
668

669 João Francisco Campos aproveitou o momento para anunciar que o Dr. Carlos Encarnação preside à Comissão
670 de Honra dessas Comemorações.
671

672 O deputado Gonçalo Almeida manifestou a sua estranheza por parecer não ir a debate a situação financeira
673 actual da união de freguesias, uma vez que a prestação de contas e outras componentes económico-financeiras
674 discutidas no início da sessão se referem a 2018.
675

676 O deputado Apolino Pereira, por seu lado, quis saber mais sobre uma distribuição de flores na Pedrulha no
677 Dia da Mulher, que foi encabeçada pelo Secretário da Junta, então a substituir o Presidente devido a uma sua
678 ausência.
679

680 O Secretário replicou ter-se tratado de uma iniciativa que procurou assinalar simbolicamente o Dia da Mulher,
681 não se tendo limitado à área da Pedrulha. As flores foram pagas pela União das Freguesias de Coimbra.
682

683 O deputado Apolino Pereira lamentou então que se tenha procedido assim num jantar comemorativo feito
684 num restaurante da Pedrulha por alguns amigos e que se tivesse “esquecido” o jantar com o mesmo intuito
685 que decorreu simultaneamente no Centro Social e Paroquial da Pedrulha (CSPP).
686

687 O Secretário da Junta defendeu-se dizendo não ter recebido qualquer comunicação da existência do jantar no
688 CSPP. Tivera sabido dele e também lá haveria distribuição de flores suportada pela Junta.
689

690 De seguida, o Presidente da Junta reconheceu a falha apontada pelo deputado Gonçalo Almeida na
691 intervenção anterior e anunciou que o documento com a situação financeira actual da UFC iria chegar aos
692 deputados dentro de alguns minutos.
693

694 Para não paralisar a sessão, o Presidente da Mesa avançou para o **Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Outros**
695 **assuntos de interesse para a União de Freguesias)**, ficando estabelecido que se voltaria à situação
696 financeira.
697

698 Dentro já deste outro ponto, o Presidente da Mesa declarou terem-lhe sido entregues três documentos para
699 serem apreciados e votados: uma moção da CDU concernente à possibilidade de vir a ser encerrada a estação
700 ferroviária de Coimbra A (**Anexo 12**), uma recomendação do CpC sobre o uso de trotinetes em Coimbra
701 (**Anexo 13**) e uma outra recomendação do CpC relativa à análise da presença de glifosato na água destinada
702 ao consumo humano (**Anexo 14**).
703

704 A pedido do deputado Gonçalo Almeida, representante da CDU, a moção desta foi lida pelo Presidente da
705 Mesa da Assembleia.
706

707 Posto o texto à consideração, o primeiro a pronunciar-se foi o próprio Presidente da Mesa, o qual transmitiu
708 que o SC (Somos Coimbra) coincide com a CDU na condenação de um fecho puro e simples de Coimbra A
709 mas diverge dela na oposição toda e qualquer mudança na situação actual.
710

711 O deputado da CDU respondeu que a posição desta sobre formas alternativas de promover a mobilidade na

712 região de Coimbra está dependente dos custos e do impacto ambiental.
713
714 Numa outra perspectiva, o deputado recordou que a moção apresentada só tem a ver com a ligação entre
715 Coimbra A e Coimbra B, não estando aqui em causa nada sobre ligações entre a Alta e a Baixa, à Solum,
716 Miranda do Corvo, Lousã, etc.
717
718 Afonso Madeira e António Virgílio Mendes consideraram quase simultaneamente ser chocante haver já pelo
719 menos 50 milhões de euros de dinheiro público gastos com o projecto Metro do Mondego sem que daí resulte
720 alguma coisa para os viajantes.
721
722 Para António Virgílio Mendes, eliminar a ligação ferroviária entre Coimbra A e Coimbra B poderia ajudar a
723 unir o Rio Mondego e a cidade de Coimbra.
724
725 O deputado Nuno Sousa considerou o desinvestimento na rede ferroviária desde há largos anos muito negativo
726 mas considerou que se deve ir além do que existia quase há 40 anos atrás.
727
728 Louvou a Câmara Municipal de Coimbra por, ao longo do tempo, ter ido apresentando várias alternativas
729 para resolver os problemas da mobilidade em Coimbra e na própria região envolvente.
730
731 A moção da CDU acabou por ser **aprovada com 4 votos a favor** (Gonçalo Almeida, Afonso Madeira, Mariana
732 Ribeiro e Maria Helena Loureiro), **4 votos contra** (Jovino da Chão, Apolino Pereira, Nuno Sousa e António
733 Virgílio Mendes), **4 abstenções** (Maria do Carmo Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Hugo Valente e Ana Isabel
734 Simões) e o **voto de qualidade favorável do Presidente da Assembleia, Afonso Madeira**.
735
736 Sobreveio o tratamento das duas recomendações apresentadas pelo CpC, mas não sem que antes a deputada
737 desta força política esclarecesse que, dada a intenção de ver os documentos votados, se deveriam considerar
738 as recomendações como moções.
739
740 A deputada Maria Helena Loureiro começou por ler a tocante ao uso de trotinetes em Coimbra, tendo logo a
741 concordância do Presidente da Mesa e deputado do SC com o conteúdo.
742
743 O deputado Nuno Sousa pronunciou-se no sentido do recurso feito às trotinetes ser algo genericamente
744 positivo e racional, embora haja que ver bem como elas são utilizadas. Um ponto importante é a necessidade
745 de sensibilizar as pessoas para que as trotinetes não são para serem usadas nos passeios e sim nas faixas de
746 rodagem. Uma campanha de sensibilização será muitíssimo bem vinda.
747
748 Não obstante, Nuno Sousa achou o tom do texto do CpC demasiado agressivo.
749
750 De novo no uso da palavra; Afonso Madeira, falando pelo GCE Somos Coimbra, concordou que o texto
751 apresentado deveria ser menos agressivo e louvou a busca de meios alternativos de transporte. Todavia, não
752 deixou de indicar uma grande preocupação com o uso das trotinetes em causa por crianças, uma constante
753 actualmente nas ruas de Coimbra. De igual modo, alertou para o que o uso desregrado representa para os
754 invisíveis e outras populações fragilizadas.
755
756 A deputada Maria Helena Loureiro prontificou-se a alterar o texto do CpC e indicou que o texto deveria ser
757 votado com substituição de “aconselharam uma justificada ponderação e cautela ante o que parece ter sido
758 uma pressa provinciana em” por “alteraram a decisão de”.
759
760 Para o deputado Manuel Tovar Vieira, o que está em causa é muito mais do que só o tom. Todo o texto
761 submetido aos deputados lhe pareceu extremamente negativo em relação ao uso de trotinetes. Faltam
762 regulamentação e infra-estruturas mas as trotinetes têm imensas vantagens.
763
764 António Virgílio Mendes concordou com o deputado do PSD.
765
766 Já Gonçalo Almeida, disse que a mobilidade sem regras é a pior coisa que pode haver para uma cidade.

767 Contrastou Lisboa com Coimbra, dado que a primeira criou um regulamento adequando, onde, a título de
768 exemplo, se prescreve a obrigatoriedade do uso de capacete para quem se desloca de trotinete.
769
770 Ana Isabel Simões, do CDS, esclareceu que, considerando a alteração ao texto admitida pelo CpC, votaria
771 favoravelmente.
772
773 António Virgílio Mendes interveio ainda para dizer que, na sua perspectiva, é desnecessário um regulamento,
774 estando estas matérias previstas no Código da Estrada.
775
776 A recomendação/ moção do CpC, com a mudança referida, foi **aprovada com 5 votos a favor** (Maria Helena
777 Loureiro, Afonso Madeira, Mariana Ribeiro, Ana Isabel Simões e Gonçalo Almeida), **1 voto contra** (António
778 Virgílio Mendes) e **6 abstenções** (Jovino da Chão, Maria do Carmo Ferreira, Manuel Tovar Vieira, Hugo
779 Valente, Apolino Pereira e Nuno Sousa).
780
781 Transitou-se para a leitura da outra recomendação/ moção do CpC, feita também pela própria deputada Maria
782 Helena Loureiro. Esteve em causa aqui requerer a feitura e divulgação de análises à presença de glifosato na
783 água para consumo humano.
784
785 Não conseguindo responder a questões técnicas colocadas pelo Nuno Sousa, por não ser esta a sua área de
786 especialidade, Maria Helena Loureiro salientou que a elaboração do texto foi supervisionada por alguém com
787 amplas competências na matéria.
788
789 O deputado Gonçalo Almeida concordou genericamente com esta moção do CpC, declarando ainda que todos
790 sabem que o glifosato é pernicioso para a saúde, preocupando-o muito já existir alguma proliferação de
791 sementes contaminadas, com tudo o que tal implica.
792
793 António Virgílio Mendes acrescentou a esta preocupação outra: com o consumo inusitado de microfibras
794 através da alimentação.
795
796 O deputado Apolino Pereira propôs que, sempre que possível, todas as forças políticas passem a entregar as
797 moções com antecedência e não nas próprias reuniões, viabilizando posturas mais pensadas e informadas
798 tecnicamente.
799
800 O Presidente da Mesa da Assembleia concordou com o deputado Apolino Pereira.
801
802 A segunda recomendação/ moção do CpC a ser votada obteve **aprovação por unanimidade**.
803
804 Logo depois, foi retomado o Ponto 4 da Ordem de Trabalhos, para analisar a situação financeira actual da
805 UFC. O documento de suporte foi distribuído pelos presentes conforme exigência do deputado Gonçalo
806 Almeida (**Anexo 15**).
807
808 Dentro deste contexto, o Presidente da UFC divulgou ainda não ter sido recebida nenhuma quantia da Câmara
809 Municipal concernente aos acordos de execução de obras para 2019.
810
811 O deputado Apolino Pereira interveio para lamentar o documento agora apresentado reportar-se a 28 de
812 Fevereiro.
813
814 Novamente no Ponto 5 da Ordem de Trabalhos, a 1.ª Secretária da Mesa, Ana Isabel Simões, deixou dois
815 alertas ao Executivo: o varandim que dá acesso à entrada lateral do Cemitério da Pedrulha está quase a partir-
816 se e foi detectado um ninho de abelhas asiáticas junto à delegação da UFC na Pedrulha.
817
818 Interveio então o Presidente da Mesa, logo dizendo que iria pronunciar-se sobre quatro pontos.
819

Handwritten signature and initials in the top right corner.

820 Em primeiro lugar, louvou a intensa actividade dos “Cidadãos por Coimbra” (CpC) no sentido de não
821 deixarmos de se ter uma cidade arborizada, manifestando que o “Somos Coimbra” (SC) também tem tido
822 essa luta, com diversas iniciativas e criticando quem tem governado a cidade nas últimas décadas.

823
824 Em segundo lugar, deixou uma chamada de atenção para a destruição de eco pontos e contentores de lixo,
825 com referência às situações recentes de incendiamento na Rua Pedro Monteiro, na Rua do Instituto Maternal
826 e na Avenida Afonso Henriques. Mostrou-se mesmo chocado pelo grau de destruição existente, chegando a
827 arder o alcatrão do piso que se encontrava sob os eco pontos.

828
829 Reconhecendo que os órgãos de freguesia não têm praticamente atribuições nesta matéria, salientou o papel
830 de aconselhamento às câmaras municipais que não deixam de ter e apelou a uma reflexão comum sobre
831 possíveis soluções, podendo estas passar por policiamento de proximidade, eco pontos mais fáceis de
832 substituir ou outras hipóteses.

833
834 Em terceiro lugar, o Presidente da Mesa deixou um louvor pelo espírito de colaboração que se tem verificado
835 entre os eleitos da UFC, com especial destaque para a cooperação entre PS e PSD, a qual teve um significativo
836 reflexo no momento da prestação de contas de 2018.

837
838 Por último, revelou ir referir-se a um tema que disse que já se anteciparia que pelo menos ele abordasse: a
839 situação das comissões da Assembleia de Freguesia.

840
841 Na sequência, o Presidente da Assembleia solicitou aos coordenadores das referidas comissões (Manuel
842 Tovar Vieira e Mariana Ribeiro) um ponto da situação.

843
844 Ainda antes de passar a palavra aos senhores coordenadores, revelou que lhe dava ideia que, na prática, as
845 comissões estavam “mortas”.

846
847 O deputado António Virgílio Mendes sugeriu então que os coordenadores respondessem após umas
848 interpelações que ele também tinha para lhes fazer sobre as comissões.

849
850 A deputada Maria Helena Loureiro secundou a perplexidade que reconheceu no Presidente da Mesa a respeito
851 da “morte súbita” das comissões, até porque foram aprovadas na Assembleia ainda há menos de um ano.
852 Salientou que a criação delas teve um grande envolvimento do Presidente da Assembleia mas também o voto
853 unânime dos deputados de freguesia, incluindo naturalmente os do PSD.

854
855 O deputado Nuno Sousa, mudando pontualmente de tema, interveio para denunciar algumas práticas abusivas
856 de senhorios que pressionam os inquilinos vulneráveis para converter as respectivas habitações em
857 alojamentos locais para turistas.

858
859 Recomendou à Junta que se mantenha atenta e reporte os abusos imediatamente a quem de direito.

860
861 A respeito do Mapa de Pessoal que obteve aprovação em Dezembro, onde estavam incluídos concursos para
862 vários lugares, questionou o Presidente da Junta quanto ao andamento dos concursos.

863
864 O Presidente da Junta respondeu que os concursos têm estado à espera que a Imprensa Nacional - Casa da
865 Moeda avance com o processo de publicação.

866
867 O Presidente da Assembleia deu os parabéns ao deputado Nuno Sousa por trazer à colação as actuações
868 reprováveis de certos senhorios, tema a que ele próprio é especialmente sensível.

869
870 Seguidamente, deu a palavra a António Virgílio Mendes.

871
872 Este representante socialista manifestou ter que pronunciar-se sobre três assuntos, sendo o primeiro alguma
873 falta de reciprocidade nas relações entre a União das Freguesias de Coimbra e a União de Freguesias de Santa

874 Clara e Castelo Viegas. Ilustrou o que pretendia transmitir com o empréstimo gratuito de estruturas da UFC
875 à congénere, enquanto esta lhe cobra por um *stand* de divulgação na Feira Popular.

876
877 A respeito das comissões da Assembleia, António Virgílio Mendes sublinhou não ter o Presidente da Junta
878 dado resposta a questões que lhe foram formalmente apresentadas pela Comissão de Diagnóstico e Acção
879 Social, não obstante ter havido até insistência da coordenadora da comissão Mariana Ribeiro.

880
881 Muito directamente, acusou o Presidente da Junta de ter feito e continuar a fazer tudo para as comissões da
882 Assembleia “não andarem para a frente”.

883
884 Deixou ainda uma nota a respeito, confirmando a utilidade do tipo de debate que pode ser feito no seio das
885 comissões, onde se chega a um grau de pormenor que é impensável nos plenários da Assembleia.

886
887 Por fim, António Virgílio Mendes pediu esclarecimentos sobre o estado do processo de constituição em
888 propriedade horizontal do edifício do Café Santa Cruz, querendo saber se isso vai ou não implicar que o
889 primeiro andar fique para a Comissão Fabriqueira da Igreja de Santa Cruz e o rés do chão para a União das
890 Freguesias de Coimbra.

891
892 Em resposta, o Presidente da UFC começou por dizer que esta entidade aluga as estruturas referidas à União
893 de Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas e que paga um valor mais baixo do que os comerciantes para
894 estar presente na Feira Popular.

895
896 A respeito das comissões da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Junta declarou não ser nem a favor
897 nem contra. No entanto, responderá a todas as questões colocadas por elas ou pelos deputados sempre que
898 lhe seja dado tempo para tal.

899
900 O problema relevante que vê no concernente às comissões é a eventual pretensão de que a assistente social
901 da UFC esteja presente em todas as reuniões e actividades, até porque ela não pode receber pagamento por
902 horas extraordinárias.

903
904 Uma vez autorizada a intervir, Mariana Ribeiro, coordenadora da Comissão de Diagnóstico e Acção Social,
905 alegou que a assistente social só deixou de ser colaborante com a sua comissão a partir de certa altura,
906 passando repentinamente a escusar-se a ir às reuniões e invocando o que pareceram ser “desculpas”. Ao que
907 lhe pareceu que a assistente social estava a ser condicionada superiormente.

908
909 O Presidente da UFC contrapôs não proibir ninguém de ir às reuniões das comissões. Se a assistente social
910 quiser ir a todas as reuniões, poderá ir, independentemente de João Francisco Campos não ver nisso muito
911 sentido.

912
913 Lembrou então que ele próprio nunca se escusou a ir às comissões, em clara contra corrente com outras
914 pessoas.

915
916 Recordou ainda que é raríssimo o Presidente da Câmara deslocar-se às comissões da Assembleia Municipal.
917 Por sua vez, o deputado Gonçalo Almeida recordou o Presidente da UFC de que a assistente social não tem
918 sido convidada unicamente para períodos que representam horas de trabalho extraordinário. Em concreto,
919 referiu um agendamento para as 15 horas.

920
921 O Presidente da Junta voltou a negar ser por causa dele que as comissões não avançam.

922
923 Tomando a palavra, António Virgílio Mendes sugeriu que, indo a assistente social ao trabalho das comissões,
924 possa depois compensar esse tempo com a ausência em parte do seu horário normal de actividade, seguindo
925 um modelo existente em muitos sítios.

926
927 Ao que o Presidente da Junta defendeu que o mais importante é a assistente social fazer o trabalho para o qual
928 se julgou necessária a sua contratação.

929

930 Quanto ao edifício do Café Santa Cruz, o Presidente do Executivo esclareceu ser seu entendimento que a
931 ideia da constituição em propriedade horizontal é um reconhecimento da relevância jurídica do uso que a
932 Igreja faz da parte de cima há séculos, enquanto a parte de baixo é inequivocamente entregue à União das
933 Freguesias de Coimbra.

934

935 Porém, está ainda sob análise técnica a possibilidade de constituição em propriedade horizontal do
936 mencionado edifício.

937

938 Passada a palavra ao deputado Jovino da Chão, este apoiou a preocupação do Presidente da Assembleia com
939 o vandalismo exercido sobre os eco pontos e chamou a atenção para a necessidade de lavagem frequente dos
940 contentores de lixo públicos. O deputado considerou que vandalismo e falta de higiene no espaço público são
941 mesmo dos principais problemas da área geográfica abrangida pela União das Freguesias de Coimbra.
942 Partilhou com a Assembleia já ter dirigido à Câmara Municipal vários protestos pela falta de lavagem de
943 contentores sem resultados a assinalar.

944

945 O deputado Apolino Pereira, ainda sobre as comissões, declarou que tem mesmo que haver uma avaliação
946 séria e ser informado à Assembleia de Freguesia o que se passa e quais as razões.

947

948 O Presidente da Mesa da Assembleia comunicou então ir solicitar esclarecimentos escritos aos dois
949 coordenadores das comissões da Assembleia sobre vários aspectos que estão claramente a preocupar os
950 deputados.

951

952 A finalizar, interveio o deputado Gonçalo Almeida. Referiu-se à aprovação pela Câmara Municipal de
953 intervenções nas ruas João Machado, Manuel Rodrigues e Rosa Falcão, no Arnado, ao abrigo do Projecto
954 PEDU – Portugal 2020, e sugeriu que o Executivo da UFC pergunte à Câmara o que está previsto para a Rua
955 Mário Pais, uma vez que ela não consta do projecto.

956

957 Sugeriu ainda que o Executivo diligencie para que a cafetaria da Escola Secundária Jaime Cortesão esteja
958 aberta em dias de eleições, à semelhança do que se passa na Escola Secundária José Falcão.

959

960 Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente
961 ata, a qual, uma vez aprovada, vai a assinar pelo Presidente e Secretárias da Mesa.

Amos Miguel de Castro Torres, Medina
Ana Isabel Rodrigues Carvalho Simões
Kawana Alexandra Pinheiro Reis